

# Relatório de Atividades 2016

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. CONTEXTO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	3
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2016 .....	4
3.1. Programa de Supervisão da Previc – PSP.....	6
3.2. Programa Anual de Fiscalização – PAF 2016/2017 .....	7
3.3. Licenciamento Eletrônico Automático.....	7
3.4. Transição para Novo Decreto .....	8
4. PRINCIPAIS ATIVIDADES DA AUTARQUIA.....	9
4.1. Diretoria de Fiscalização - DIFIS.....	9
4.2. Diretoria de Assuntos Atuariais, Contábeis e Econômicos – DIACE .....	10
4.3. Diretoria de Análise Técnica - DITEC.....	13
4.4. Diretoria de Administração - DIRAD .....	13
5. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NORMATIVAS.....	19

## **1. INTRODUÇÃO**

O ano de 2016 foi marcado pela implementação dos projetos constantes do planejamento estratégico da Autarquia, com destaque para o Plano de Supervisão da Previc – PSP, tendo trabalhado intensamente na revisão do processo de fiscalização, tendo implementado a Central de Inteligência da Previc, o novo modelo de Supervisão Permanente e um novo modelo de monitoramento, incluindo predição, risco e *compliance*.

Adicionalmente, foram elaborados normativos necessários ao desenvolvimento do sistema fechado de previdência complementar, especialmente as Instruções referentes à solvência dos planos de benefícios, à elaboração das Notas Técnicas Atuariais, à certificação e habilitação de dirigentes, à contratação de seguros para compartilhamento de riscos e à instituição de planos setoriais.

## **2. CONTEXTO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

No que concerne à apuração de resultados por parte dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar – EFPC cabe informar que 496 planos de benefícios registraram equilíbrio técnico, sendo em sua maioria planos na modalidade de contribuição definida, 429 planos registraram superávit técnico somando R\$18,2 bilhões e 201 planos registraram déficit técnico com saldo R\$70,6 bilhões, conforme balancetes contábeis consolidados do período.

Ressalte-se que, em 2016, as EFPC incrementaram suas carteiras com títulos públicos e ações, diminuindo sua exposição nos demais segmentos de ativos. Todavia, em que pese a valorização do segmento de renda variável e a performance de renda fixa em 2016 impactarem positivamente os resultados das EFPC, estes ganhos não foram suficientes para reverter os resultados negativos acumulados ao longo dos anos anteriores.

Importante destacar também que a regra de solvência definida pela Resolução CNPC nº 22/2015 estabeleceu parâmetros diferenciados para o equacionamento de déficits em função das características das obrigações atuariais de cada plano de benefícios. Nesse contexto, os resultados negativos apurados em planos com mutualismo (modalidade BD e CV) devem ser relativizados e não implicarão, necessariamente, exigência de equacionamento imediato, a depender da maturidade dos fluxos de pagamento do passivo atuarial (*duration*).

### **3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2016**

Em dezembro de 2015, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc deu início à elaboração do Plano de ação do Planejamento Estratégico, que está alinhado com o Plano Plurianual do Governo Federal e com o Mapa Estratégico da Previdência Social, com o intuito de atender à macro estratégia de Estado e às diretrizes da Previdência Social.

O objetivo do Plano de Ação 2016 é elevar a supervisão da Previc a um novo patamar, por meio da implementação de novos processos e sistemas distribuídos principalmente nas áreas finalísticas da Autarquia.

A Autarquia está engajada em buscar um viés de fomento por meio da desoneração e da Supervisão Baseada em Riscos. Ou seja, criar soluções que desburocratizem o sistema para facilitar a entrada no mercado, sem abrir mão da sua solidez e segurança. Espera-se que o aperfeiçoamento dos processos internos crie estímulo à ampliação da cobertura previdenciária. O trabalho estratégico resultará na análise interna da relevância e custo de provimento das informações requeridas das Entidades Supervisionadas de forma a exigir do mercado, apenas o que seja essencial à atividade de supervisão.

A Previc, no entanto, não perderá de vista seu maior objetivo institucional que é a garantia da segurança, solidez e confiabilidade do sistema de previdência complementar fechado para garantir o pagamento dos benefícios contratados pelos participantes das

EFPC. Para tanto, a Previc irá rever seu atual modelo de supervisão para melhor se adequar aos princípios de Supervisão Baseada em Risco.

O foco da supervisão indireta no monitoramento de parâmetros técnicos das entidades supervisionadas permitirá o aprimoramento do enfoque prudencial por meio de investimentos em tecnologia da informação e ganhos de eficiência nos procedimentos de compliance. Isto tornará possível que apenas a análise de inteligência dos riscos por traz das informações avaliadas fique a cargo do corpo técnico especializado. Com isso, os esforços de supervisão poderão ser melhor direcionados para permitir ações prudenciais que tratem e evitem os riscos, antes que eles se materializem.

É com foco na ação prudencial que a Previc agirá, restando à fiscalização direta a missão subsidiária de agir apenas naqueles casos específicos com maior risco e potencial de impacto, mapeados previamente por meio da supervisão indireta. A abordagem prudencial se alinhará à supervisão de condutas que será expandida e aperfeiçoada com a finalidade de incentivar o aprimoramento das boas práticas de governança e gestão de riscos dos supervisionados.

A partir desses preceitos de Supervisão Baseada em Risco, a Previc espera imprimir uma maior efetividade em sua Supervisão, com um uso mais eficiente dos recursos humanos e tecnológicos que tem a sua disposição, contribuindo para o crescimento e solidez do segmento de previdência complementar fechado.

Com base nesses insumos, a Diretoria Colegiada da Previc estabeleceu os quatro projetos prioritários, que foram desdobrados em ações estratégicas durante workshop realizado no início de fevereiro, do qual participaram servidores envolvidos diretamente em cada um dos projetos descritos adiante.

Paralelamente, foi realizado workshop de suporte, sob a liderança da Diretoria de Administração, por meio do qual foram alinhadas as medidas e os recursos necessários à execução do Planejamento Estratégico 2016.

Assim, a Previc continuará prosseguindo no sentido de se consolidar como uma instituição de excelência na supervisão das entidades fechadas de previdência complementar, de forma eficiente e transparente, com o objetivo de assegurar higidez e confiabilidade ao sistema fechado de previdência complementar.

### **3.1. Programa de Supervisão da Previc – PSP**

Fundamentado nos princípios da Supervisão Baseada em Riscos – SBR, o PSP se propôs a aperfeiçoar os procedimentos de supervisão, incluindo licenciamento, monitoramento, e fiscalização, construindo um modelo de atuação integrado e preditivo.

Entre as ações desenvolvidas em 2016 pela equipe envolvida com o projeto, destacam-se a atualização dos princípios fundamentais da SBR ao contexto do sistema de previdência complementar fechada brasileiro, a proposta de estruturação de matrizes de risco e a definição dos riscos que seriam tratados.

A partir dessa primeira abordagem, algumas alterações procedimentais foram implementadas, sempre tendo em vista os princípios da SBR e a missão institucional da Previc. Destacam-se a estruturação inicial da Central de Inteligência, a elaboração do modelo de Supervisão Permanente, a proposição de novo modelo de monitoramento, tanto de risco quanto de compliance, e o trabalho de aperfeiçoamento dos processos de licenciamento.

Essas ações, realizadas de forma integrada, visaram à obtenção de maior tempestividade e eficiência, assegurando maior higidez e confiabilidade ao sistema.

Os principais objetivos do PSP foram:

- Aperfeiçoamento do conceito de Gestão Baseada em Riscos;
- Valorização dos atributos de Inteligência;
- Preservação de todo o arcabouço técnico desenvolvido; e
- Foco na atuação preditiva e não, necessariamente, punitiva.

### **3.2. Programa Anual de Fiscalização – PAF 2016/2017**

A Previc adotou nesse novo modelo de trabalho o conceito de Supervisão Baseada em Risco – SBR alinhado ao Programa de Supervisão da Previc – PSP, que tem como pressuposto a alocação de recursos proporcionalmente aos riscos sob supervisão, com o intuito de que a atuação da Autarquia ocorresse antecipadamente aos problemas.

Dentro deste novo paradigma adotado pela Superintendência, a Diretoria de Fiscalização criou, por meio de estudos executados ao longo do ano de 2015, um novo modelo de ação fiscal a ser praticado a partir de 2016.

Este modelo tem como ponto focal a criação de uma Supervisão Permanente, desenvolvida por equipes de auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil - RFB alocados ao longo de todo o ano em algumas entidades fixas, classificadas por metodologia específica como entidades de maior porte e risco.

O objetivo principal da Supervisão Permanente é o monitoramento constante da entidade fechada de previdência complementar, permitindo a ação imediata da Previc em caso de situações problemáticas. Busca-se também ampliar a abrangência e eficiência das atividades de fiscalização a partir de um conhecimento mais profundo da entidade e de maior dedicação de tempo à sua supervisão. Além disso, pretende-se ampliar a capacidade de ação da Previc, eliminando as restrições de tempo para acompanhamento da implantação das soluções para os problemas encontrados.

### **3.3. Licenciamento Eletrônico Automático**

O objetivo do projeto foi agregar e agilizar a aprovação de alterações consideradas simples em regulamentos de planos de benefícios utilizando-se de ferramentas de automatização, visando a conferir maior celeridade ao processo de licenciamento. Para tanto, foram levantados os sistemas e rotinas necessários para a automatização, além das ferramentas web capazes de facilitar e conferir maior segurança ao processo eletrônico de licenciamento.

### **3.4. Transição para Novo Decreto**

O projeto objetivava a implementação imediata do decreto de reestruturação da Previc, por meio do prévio exame e preparação das diversas áreas da Autarquia para as tarefas que lhes incumbiriam, uma vez publicado.

Tratava-se do levantamento e implementação de atividades administrativas preparatórias para as mudanças decorrentes da aprovação do novo decreto que reestruturaria a Previc, ajustando-se as competências de maneira a integrar o processo de supervisão. As alterações propostas neste decreto promoveriam a alteração na competência de duas diretorias da Autarquia de modo a aperfeiçoar sua atuação e otimizar sua estrutura organizacional, principalmente no tocante às unidades descentralizadas, que desempenhariam atividades de representação institucional.

Foi concebido em 3 fases, sendo duas de preparação (pré-decreto) e uma de implementação (pós-decreto), com conclusão em 120 dias após a publicação do decreto. No momento, o projeto encontra-se com 92% da execução prevista para as fases pré-decreto. Segue abaixo descrição sucinta de cada etapa do projeto:

- Fase de Definições, envolvendo a estimativa preliminar dos impactos institucionais do decreto sobre orçamento, normas e quadro alocação de servidores. Essa fase foi 100% concluída no primeiro quadrimestre.
- Fase de Preparativos, com o objetivo de produzir um Plano de Comunicação, estudos detalhados das nomeações e apostilamentos, do Regimento Interno, dos normativos e comitês afetados e das demandas de capacitação, logística e tecnologia da informação.
- Fase de Implementação, em que seriam implementadas todas as providências estudadas após adequação ao texto publicado do decreto. Para iniciá-la era imprescindível a publicação deste normativo, o que não ocorreu no exercício de 2016.

## **4. PRINCIPAIS ATIVIDADES DA AUTARQUIA**

### **4.1. Diretoria de Fiscalização - DIFIS**

A partir do primeiro semestre de 2015, a Previc iniciou uma ampla ação de aperfeiçoamento do seu modelo de supervisão baseada em riscos, no intuito de que a Autarquia passe a dar mais ênfase à predição, ou seja, desenvolva as atividades de prevenção a riscos e irregularidades.

À luz desta filosofia de trabalho, no âmbito da Diretoria de Fiscalização da Previc, instalou-se uma central de inteligência, para concentrar as atividades de inteligência que eram realizadas de maneira dispersa na Autarquia.

O objetivo do trabalho é a identificação de situações de riscos ou irregularidades a partir de cruzamento de informações internas e externas. Para isso a Previc está revendo os convênios com o Banco Central do Brasil - Bacen, Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Superintendência de Seguros Privados - Susep, buscando uma ação integrada entre os órgãos e intensificando a troca de informações.

#### **Ações Fiscais**

No ano de 2016, foi executado o procedimento de Supervisão Permanente em 44 EFPC. Também foram realizadas 13 ações fiscais diretas e lavrados 47 Autos de Infração ao longo do ano.

Por fim, informamos que foram encaminhadas 2 Representações Penais para o Ministério Público Federal e 4 Representações Administrativas para diversos órgãos federais.

#### **Análise das Denúncias/Representações**

No início de 2016, havia em estoque 40 processos de denúncia e 1 processo de representação. Ao longo do ano de 2016, foram recebidos 145 novos processos de

denúncia e 18 de representação, totalizando 185 processos de denúncia e 19 processos de representação para serem analisados em 2016.

Desse total, foram tratados e finalizados 152 processos de denúncia e 17 processos de representação no ano de 2016.

### **Regimes Especiais**

No ano de 2016, o panorama das EFPC submetidas a Regimes Especiais pode ser resumido da seguinte forma: 2 entidades com 2 planos de benefícios em Administração Especial, 4 entidades em Intervenção, e 10 entidades em Liquidação Extrajudicial.

#### **4.2. Diretoria de Assuntos Atuariais, Contábeis e Econômicos – DIACE**

**Monitoramento de investimentos:** com relação aos aspectos de investimentos das EFPC, foram realizados no exercício de 2016, a saber:

- 18 consultas, de acordo com a Instrução Previc nº 4, de 6 de julho de 2010;
- 60 respostas a solicitações diversas dentre demandas internas à Previc e externas, encaminhadas, nos termos da legislação vigente, por diversas pessoas físicas e jurídicas da sociedade civil, acerca de informações de monitoramento de investimento;
- 3 demandas da Controladoria Geral da União - CGU;
- 12 reconsiderações de taxas de juros de acordo com a Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015;
- *Compliance* dos 1.050 planos de benefícios, realizado sobre informações constantes nos Demonstrativos de Investimentos - DI de dezembro de 2015, para fins de acompanhamento de cumprimento dos limites normativos expressos nos artigos 35, 36, 37, 38, 39 e 40 da Resolução CMN nº 3.792/09;

- Proposta normativa, para fins de divulgação da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média (ETTJM), a qual se materializou na Portaria Previc nº 186/2016, publicada em 29 de abril de 2016 no Diário Oficial da União.
- 1 análise de alteração proposta por Grupo de Trabalho (GT) da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - Abrapp no item 14 do Regulamento anexo à Resolução CGPC;
- 4 Autorizações para Negociação Privada (Instrução SPC nº 31/2009); e
- 23 relatórios com informações para subsidiar retiradas de patrocínio.

**Monitoramento atuarial:** no tocante aos aspectos atuariais das EFPC, foram realizados no exercício de 2016, a saber:

- 29 consultas, sendo 27 nos termos da Instrução Previc nº 4, de 6 de julho de 2010 e 2 em âmbito interno;
- 2 demandas do Tribunal de Conta da União - TCU;
- 11 requerimentos de autorização prévia para manutenção de taxa de juros de acordo com a Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015;
- 5 reconsiderações de taxas de juros de acordo com a Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015;
- *Compliance* das 706 planilhas de Duração de Passivo e Ajuste de Precificação - DPAP, conforme Portaria Previc nº 708, de 22 de dezembro de 2015;
- *Compliance* dos 895 planos de benefícios que deveriam entregar o Demonstrativo Atuarial - DA até 31/3/2016, consoante Instrução Previc nº 21, de 23 de março de 2015 e Instrução Previc nº 12, de 13 de outubro de 2014;
- Elaboração do Mapa de Risco Atuarial e publicação da portaria contendo os planos autorizados ao envio de DA simplificadas; e
- Harmonização de conceitos e formalização de ementário.

**Monitoramento contábil:** quanto aos aspectos contábeis, as principais atividades realizadas no exercício de 2016 foram as seguintes:

- Monitoramento e controle do envio de balancetes mensais do exercício de 2016 e das Demonstrações Contábeis de 2015, que têm prazos distintos, consoante à Instrução Previc nº 21, de 23 de março de 2015;
- Monitoramento, análise e consistência de Balancetes Mensais das EFPC;
- Análise de 72 Demonstrações Contábeis do exercício 2015, selecionadas por meio de critérios considerando os conceitos da Supervisão Baseada em Riscos;
- Análise de 10 consultas de EFPC, de acordo com a Instrução Previc nº 4, de 6 de julho de 2010; e
- Assistência técnica às demais áreas da Previc e também a agentes externos, com relação aos aspectos contábeis.

**Estudos e pesquisas:** atividades desenvolvidas pela Coordenação-Geral de Pesquisas Atuariais, Contábeis e Econômicas - CGAC no ano de 2016, a saber:

- Execução de ações da Semana de Educação Financeira; e
- Gestão do projeto estratégico de Transição para Novo Decreto da Previc, referido no item 3.4 acima.

**Monitoramento de Planos de Benefícios:** para fins de subsídio às atividades de fiscalização previstas no Planejamento Estratégico da Previc de 2016, a Diace realizou a análise de 51 planos de benefícios classificados de acordo com os critérios de risco adotados. As análises foram efetuadas em conjunto pelas áreas de monitoramento contábil, atuarial e de investimento, sem sobreposição de funções, avaliando-se os principais riscos e todo o patrimônio (ativo e passivo) dos planos.

#### **4.3. Diretoria de Análise Técnica - DITEC**

As principais realizações da Diretoria de Análise Técnica no exercício de 2016 estão detalhadas a seguir:

##### **Licenciamento**

- Suporte ao desenvolvimento do sistema de licenciamento eletrônico, destinado inicialmente aos planos de benefícios instituídos, o que demandou a necessidade de conversão e adaptação do regulamento do plano de benefícios para o formato eletrônico, além do trâmite e análise eletrônica do processo de alteração de regulamento.
- Elaboração de minutas de Instrução afetas ao licenciamento e encaminhamento à consulta pública.
- Revisão e ampliação dos modelos de regulamento e de convênio de adesão disponibilizados no sítio eletrônico da Previc.
- Aprovação de alterações regulamentares dos planos instituídos para atendimento à Resolução CNPC nº 23/2015, que trata do prazo de carência para pagamento do instituto do resgate e permite o resgate parcial.

#### **4.4. Diretoria de Administração - DIRAD**

As entregas da Diretoria de Administração no exercício 2016 contemplaram especialmente ações de capacitações, contratações, aquisições ou desenvolvimento de softwares com estimativa de tempo e custos envolvidos em cada iniciativa, de modo a garantir sua execução.

O planejamento das iniciativas para suporte foi desenvolvido em contexto de integração com as demais áreas e operacionalizado por meio de workshop específico, o qual permitiu melhor entendimento das demandas e adequada conformação à disponibilidade orçamentária, especialmente as que alcançam os projetos estratégicos.

A luz destas definições prévias, foram confeccionados os seguintes planos de caráter operacional:

PAAC Log – Plano Anual de Aquisições e Contratações - Logística;

PAC – Plano Anual de Capacitação;

PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

### **Suporte aos Projetos Estratégicos ou Estruturantes - Principais ações:**

- Formalização dos procedimentos administrativos para acesso ao software Contábil Lite Executável da Receita Federal do Brasil. A ferramenta irá viabilizar a análise de dados do sistema de previdência complementar fechado, permitindo mais eficácia ao processo de supervisão e resultando em economia de recursos públicos superior a R\$ 700 mil (custo relativo a aquisição de solução privada);
- Capacitações diversas na área de TI;
- Instalação da Central de Inteligência;
- Aprovação da Política de Gestão de Pessoas (Plano Estratégico 2015);
- Aprovação da Visão Estratégia de TI (Plano Estratégico 2015);
- Implementação total do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, que, a partir de dezembro, permitiu que a Autarquia tivesse 100% de seus novos processos administrativos em formato eletrônico.

### **Suporte a Projetos Estratégicos ou Estruturantes – Principais ações em andamento:**

- Contratação do serviço de certificação digital para todos os usuários da rede interna Previc.
- Aquisição de 1 nova licença do software SPSS e atualização da licença existente, com a finalidade de viabilizar o acesso às diversas bases de dados, tratar os dados levantados, gerar relatórios e obter estatísticas descritivas e inferenciais;

## Demais ações:

- Migração das bases de dados da Previc para 4 novos servidores de rede;
- Conclusão dos serviços de gravação das ligações telefônicas operadas pela Ouvidoria da Previc. Os telefones 2021.2029 e 2021.2282 serão de uso exclusivo para ligações externas;
- Instalação do escritório Rio de Janeiro no prédio do Bacen (fase final);
- 2º Edital Concurso Interno de pós-graduação da Previc, em andamento;
- Contratação curso Liderança e Inovação em Contextos de Mudanças-parceria Enap e Harvard Kennedy School (HKS);
- Contratação do Instituto BM&F Bovespa para realização do curso Gestão de Investimentos em Fundos de Pensão;
- Contratação de cursos na Plataforma Java para servidores da CGTI;
- Realização de capacitações para utilização do Sistema SEI;
- Realização de pesquisa sobre os fatores de bem-estar e mal-estar no trabalho;
- Desenvolvimento de software de licenciamento automático: Primeira versão em produção em 9/9/2016;
- Provimento sistemas informatizados solução de Gestão Eletrônica de Documentos;
- Contratação de máquinas em *hosting* da Dataprev;
- Aquisição de serviços de certificação digital;
- Aquisição de segundo monitor para as áreas que necessitam;
- Aquisição de *desktops* de alta performance para apoio à área de desenvolvimento da CGTI;
- Entrega de Módulo de Monitoramento da TAFIC no Sistema Integrado de Arrecadação – SAI;

- Gestão orçamentária e financeira que, ressalvados os impedimentos devidos ao contingenciamento orçamentário, permitiram a evolução das ações administrativas da instituição.

### **Ações em andamento**

- Minuta de normatização do teletrabalho;
- Minuta nova proposta para Avaliação de desempenho para ciclos 2016/2017;
- Minuta da proposta do projeto de Mobilidade;
- Avaliação e implementação de sistema de controle de frequência. Definido na Dicol que iria ser revisto em outro momento por falta de tempo hábil para implantação;
- Avaliação e implementação de sistema de segurança de controle de acesso físico;
- Avaliação, proposição e realização de melhorias no sistema de backup dos dados da Previc, em especial no âmbito dos escritórios regionais;
- Estudo de nova solução para recebimento dos dados de benefício e população;
- Expansão da cobertura do Sigep na Previc e realização de novas funcionalidades nas áreas já cobertas. Ação Suspensa em 2016;
- Provimento de sistema de análise de dados e redes de relacionamento. Ação Suspensa em 2016;
- Implementação de novas funcionalidades no sistema Sicadi, melhoria na interface e na segurança. Ação Suspensa em 2016;
- Criação de sistema que substitua as informações recebidas via DPAP (Duração do Passivo e Ajuste de Precificação) e desenquadramento de investimentos;
- Documentação e disponibilização em produção das bases do sistema Sicadi – Investimento;

- Desenvolvimento de melhorias no CAND em relação ao controle de registro de penalidades;
- Levantamento de requisitos para sistema de precificação de ativos;
- Aquisição ou desenvolvimento de solução de auditoria fiscal;
- Desenvolvimento de novo sistema, com os dados disponíveis, no sistema Custodiantes;
- Apoio ao desenvolvimento e a implantação do projeto “sistema de supervisão da Previc”;
- Fornecimento de solução de videoconferência e chat. Ação suspensa em 2016;
- Aquisição de licença de software de controle de legislação e pareceres. Ação suspensa em 2016;
- Contratação de fábrica de Software. Ação suspensa em 2016;
- Aquisição de software de suíte gráfica. Ação suspensa em 2016;
- Realização de estudos e provimento de novo sistema de Patrimônio e Almoxarifado. Ação não realizada em 2016;
- Padronização dos sistemas operacionais dos computadores dos escritórios regionais;
- Aquisição de licença corporativa de Antivírus;
- Avaliação e implementação de solução de gestão de contratos. Ação suspensa em 2016;
- Aquisição, instalação e colocação em operação *storage*;
- Avaliação e implementação de solução de gestão de pessoas, competências e currículos. Ação suspensa em 2016;
- Aquisição de computadores desktops para atividades comuns;

- Implementação os módulos adicionais no Sistema de Arrecadação da PREVIC - SIA.

## **PAAC Log**

Em relação ao PAAC Log, importante destacar as ações realizadas, apresentadas a seguir:

- Contratação de serviço de copeiragem e garçom 9º andar;
- Contratação de publicação edital (EBC);
- Contratação de limpeza e conservação do ambiente interno da Previc;
- Contratação de manutenção de ar condicionado para resfriamento dos equipamentos de TI;
- Contratação de seguro automotivo para veículos da Previc;
- Contratação e instalação de Forro de teto - Bacen Rio;
- Contratação e instalação de cortinas - Bacen Rio;
- Contratação de empresa de eventos;
- Contratação de instalação de piso - Bacen Rio;
- Contratação de combustível para abastecimento veículo Previc;
- Contratação de serviço de motorista;
- Contratação de manutenção de veículos;
- Aquisição de software de informações de empresa e fundos;
- Publicação de Expedientes Diário Oficial;
- Contratação de consultoria em Gestão para auxílio no desenho de novos processos;
- Contratação de serviços de Correios;
- Contratação de transporte rodoviário - acima de 1.000km;
- Termo de Cooperação INSS;

- Contratação de Aluguel/Condomínio/IPTU (renovação parcial 3 meses);
- Contratação de Aluguel/Condomínio/IPTU (60 meses);
- Contratação de rececionista e apoio administrativo para atender às necessidades operacionais;
- Aquisição de 25 equipamentos de alta performance para suportar a atividade de programação;
- Aquisição de 3 equipamentos de alta performance para suportar a atividade de programação;
- Aquisição de segundo monitor;
- Contratação de serviços em hosting para expandir a infraestrutura; e
- Aquisição de serviços de certificação digital.

## 5. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NORMATIVAS

Com base nas demandas das entidades e órgãos representativos do sistema de previdência complementar, importantes normativos da Previc foram revisados, com foco na desoneração das EFPC e na melhoria da supervisão, resultando na publicação de Instruções Previc. A Autarquia tem adotado o procedimento de editar as instruções depois de passarem por consulta pública, permitindo contribuições da sociedade civil.

Foram publicadas em 2016 as seguintes Instruções:

- **Instrução Previc nº 26, de 11 de março de 2016:** estabelecendo orientações e procedimentos a serem adotados pelas EFPC quando da apuração de resultados dos planos de benefícios (déficit ou superávit).
- **Instrução Previc nº 27, de 5 de abril de 2016:** dispendo sobre os elementos mínimos que devem constar na Nota Técnica Atuarial.

- **Instrução Previc nº 32, de 2 de setembro de 2016:** estabelecendo procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para a elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit.
- **Instrução Previc nº 36, de 20 de dezembro de 2016:** alterando a Instrução Previc nº 27, de 4 de abril de 2016, que dispõe sobre os elementos mínimos que devem constar na Nota Técnica Atuarial.
- **Instrução Previc nº 28, de 12 de maio de 2016:** visando a estabelecer procedimentos referentes à certificação, habilitação e qualificação de dirigentes e conselheiros de fundos de pensão.
- **Instrução Previc nº 29, de 6 de junho de 2016:** visando a estabelecer procedimentos a serem seguidos pelas EFPC para instituição e funcionamento de planos de benefícios instituídos por pessoas jurídicas de caráter setorial. Esta norma objetiva ampliar o número de adesões de participantes devido a abrangência dos instituidores.
- **Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016:** estabelecendo procedimentos e definindo prazos para análise de requerimentos que dependem de prévia e expressa autorização.
- **Portaria Previc nº 527, de 8 de novembro de 2016:** estabelecendo procedimentos e documentos necessários para instruir os requerimentos de processos de licenciamento.

Também se evoluiu na alteração da seguinte norma, embora não se tenha chegado a uma conclusão em 2016:

- **Decreto 4.942, de 30 de dezembro de 2003:** que regulamenta o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do regime da previdência complementar, operado pelas EFPC. A revisão foi iniciada em 2015 e vem sendo realizada de modo a adequá-lo ao novo modelo de Supervisão Baseada em Risco.

